

# Comissão aprova o voto optativo para menores a partir dos 16 anos

## Quércia vai propor que governadores apóiem o mandato de cinco anos

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, viajou ontem à noite para o Rio de Janeiro, levando a firme disposição de exigir que o documento a ser produzido hoje, durante a reunião dos 22 governadores do PMDB, inclua, clara e expressamente, a defesa dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

"Chega de conversa, temos que resolver de uma vez essa história do mandato. É preciso fazê-lo não para o bem do presidente, mas para o bem do país", disse Quércia à Folha, pelo telefone, às 17h30, pouco antes de seguir para o aeroporto, de onde embarcaria para o Rio.

O governador paulista entende que é também necessário que os governadores defendam, no documento que emitirão hoje, o sistema presidencialista de governo. Mas reconhece que essa tese é mais complicada de se vender ao conjunto de governadores, na medida em que três deles são parlamentaristas (o gaúcho Pedro Simon, o baiano Waldir Pires e o capixaba Max Mauro).

O ânimo com que Quércia embarcou para a reunião dos governadores contraria a expectativa da cúpula peemedebista, que é a de que os governadores referendam, em sua reunião de hoje, o texto que a Executiva partidária aprovou na quarta-feira e no qual não há menção ao mandato do presidente Sarney.

Mas a disposição do governador paulista coincide com outro tipo de expectativa, a do Palácio do Planalto, no sentido de que a nota dos governadores deve ser "mais afirmativa e explícita" no apoio ao presidente Sarney, do que a manifestação da direção do PMDB.

Quércia capturou claramente essa mensagem e o descontentamento do presidente com o documento peemedebista de quarta-feira, especialmente com o seu item quatro, que manifesta "a disposição (do PMDB) de garantir a sustentação política do governo nos termos de um compromisso entre o presidente da República e o partido". Essa formulação equivale, na prática, a desprezar o documento "Democracia e desenvolvimento", entregue por Sarney ao PMDB, no dia 7, e a sugerir um novo texto, elaborado de comum acordo entre o partido e o governo.

É verdade que a ira de Sarney foi ao menos parcialmente aplacada pela missão de esclarecimento que um grupo de dezesseis peemedebistas executou, na noite de quarta-feira, junto ao presidente, no Palácio da Alvorada. Mas persiste o fato de que o eixo da preocupação de Sarney — a duração do seu mandato — continua desatendido pelo PMDB, daí o desejo de Quércia de ver os cinco anos colocados claramente no papel pelos governadores.

A decisão destes é aguardada com expectativa não só pelo Palácio do Planalto, mas pelo agrupamento conservador do PMDB, o chamado "Centro Democrático": esse grupo suspendeu a coleta de assinaturas em um novo documento, de apoio explícito e claro ao presidente, até segunda-feira, à espera da manifestação dos governadores.

Se os governadores derem sinal verde para os cinco anos, a coleta de assinaturas recomeça e coloca outra vez a perspectiva de uma cisão no PMDB, na medida em que um setor do partido, do centro-esquerda até a esquerda, rejeita a explicitação dos cinco anos.

## Reunião encerrará brigas, diz Moreira

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco, 42, disse ontem que o "grande ganho" da reunião que os 22 governadores do PMDB terão hoje no Palácio Laranjeiras (na zona sul carioca) será "acabar com as insuportáveis brigas e fúrias de comadres" que são, no seu entender, as constantes notícias sobre divisão do PMDB e sobre confronto entre o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o presidente José Sarney. Moreira assegurou que o encontro de hoje não debaterá sucessão presidencial nem reforma ministerial porque se ocupará de "temas mais prementes": a reforma tributária, o futuro do PMDB e os fatos decorrentes do documento-compromisso de Sarney". Os governadores endossarão ao

mesmo tempo o documento-compromisso de Sarney e a resposta que lhe deu a Executiva Nacional do PMDB, mas não expressarão este apoio em forma de assinaturas. O fato de Sarney ter-se irritado com a resposta da Executiva e ordenado o reinício da coleta de assinaturas ao seu documento não significa que os governadores entrarão em "confronto" com o presidente, segundo Moreira. "Ao contrário", disse, "Qualquer mal-entendido ou divergência é sempre objeto de uma grande articulação para criar um ambiente de instabilidade, para dizer-se que Ulysses e Sarney estão em confronto e que o presidente está acuado. E esse ambiente de intriga e fúria vai acabar".

"Na reunião", assegurou, "os governadores falarão da necessidade de

uma Constituição capaz de levar o país à modernidade, à produção, à riqueza, à transformação do nosso parque industrial e à definição de políticas agrícola e industrial, para superarmos a crise. Temos que enfrentar questões como a modernização administrativa, a reforma administrativa, a descentralização do poder, para que Estados e municípios possam cumprir suas obrigações de campanha".

Embora afirmando que sistema de governo, mandato e sucessão presidencial "certamente não serão discutidos" na reunião de hoje, Moreira disse estar "certo" de que "vamos ter eleição direta para presidente" e que, "uma vez promulgada a nova Constituição, este será o próximo passo político", na data "que a Constituição definir".

## Aureliano fala em "conversa decisiva"

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, prometeu a seus companheiros de partido uma "conversa decisiva" com o presidente José Sarney, na segunda-feira, a partir da qual definirá a sua posição em relação ao governo antes mesmo da Convenção Extraordinária do PFL, marcada para 7 e 8 de novembro próximo.

A "conversa decisiva" deve girar em torno da anunciada reforma ministerial, prometida pelo presidente desde o rompimento da Aliança Democrática, ocorrida formalmente no dia 22 passado. E a cobrança de uma reforma imediata conta com o respaldo de todo o PFL, inclusive do grupo comandado pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães — que tomou a iniciativa de rachar o partido, ao partir para a coleta individual de assinaturas ao documento-compromisso de Sarney.

Ontem, Antônio Carlos Magalhães deixou claro a amigos que "todas as correntes do PFL aguardam, ansiosamente, as reformas prometidas por Sarney". Traduzindo concretamente:

os pefelistas dos diversos grupos querem que Sarney afaste do governo pelo menos os ministros peemedebistas que entraram em rota de colisão com o PFL, especialmente Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social.

Mas, ainda que a demissão de Raphael aconteça, não resolveria por si só o quadro interno do PFL. A animosidade entre o senador Marco Maciel (PE), presidente do partido, e Antônio Carlos Magalhães chegou à beira da ruptura total.

### Imagem

Maciel acha que Antônio Carlos Magalhães é o estimulador do que considera uma campanha da imprensa contra ele. E seus aliados no partido prometem: o ministro não pode esquecer que virão retaliações.

É no meio desse tirocínio que se coloca Aureliano Chaves, visto, no Palácio do Planalto, como uma espécie de bombeiro entre os dois outros caciques partidários. Aureliano, em conversa na quarta-feira com parlamentares pefelistas, saiu em defesa de Maciel. Mas, no dia seguinte, em conversa com Antônio Carlos Magalhães, deixou claro que não tem intenção de aceitar o lançamento de sua candidatura à

Presidência da República, que um grupo de correligionários pensa fazer já na Convenção do dia 7.

Se Aureliano concordasse, o lançamento sinalizaria o rompimento com o governo, na medida em que o PFL passaria a defender a realização da eleição presidencial em 1988, contrariando o desejo de Sarney de jogá-la para 89. Se, ao contrário, Aureliano inclinasse-se pela manutenção do apoio pefelista ao governo, reforçará o grupo de Antônio Carlos Magalhães. Ontem, o ministro das Comunicações contabilizava 82 assinaturas de deputados (em telegramas) de apoio a Sarney e imaginava que, de dez a onze senadores do PFL, tomarão idêntica atitude.

Na corrente contrária, duvida-se que o número de assinaturas seja tão expressivo, mas admite-se que pelo menos 40% da bancada de 133 constituintes acabará seguindo Antônio Carlos Magalhães.

Resta esperar o próximo lance de Sarney: se ele retardar ainda mais a reforma ministerial ou se ela tiver uma coloração acentadamente peemedebista, o rompimento de Maciel e Aureliano com o presidente se cristaliza e, por extensão, o racha no PFL. (Texto final de Clóvis Rossi)

## Salário dos oficiais preocupa Geisel

ROBERTO LOPES  
Enviado especial a Brasília

### Em nota, Figueiredo responde a presidente

O ex-presidente João Baptista Figueiredo divulgou ontem uma nota em resposta às declarações, feitas anteontem, pelo presidente José Sarney, ao embarcar para a Venezuela. Sarney acusou Figueiredo de tentar desestabilizar o seu governo, com a divulgação na quarta-feira de manifesto — o segundo em dois meses. Na nota, Figueiredo diz que seu objetivo foi o de "lão-samente a união pela democracia. Se minha intenção fosse a de golpear a legalidade constitucional, evidentemente o processo não seria o mesmo que usei ao lançar recente manifesto ao povo brasileiro". Segundo ele, atribuir-lhe "intensões secundárias" é "duvidar da inteligência da nação".

O que mais preocupa o ex-presidente Ernesto Geisel, no momento, não é a inquietação de militares da reserva e da ativa com a evolução do quadro político e econômico do país. É a insatisfação das "famílias dos militares" com os salários dos oficiais.

Na última segunda-feira, o ministro das Minas e Energia — presidente de honra do PFL — Aureliano Chaves, teve uma longa conversa com Geisel. Anteontem — de acordo com informação dada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao deputado Humberto Souto (PFL-MG) — foi a vez do presidente do PFL, Marco Maciel, estar com o ex-presidente no Rio.

Aureliano e Maciel terminaram por se integrar à verdadeira romaria que a crise política, as dificuldades econômicas e os boatos na área militar vêm produzindo, tanto em Teresópolis — onde o ex-presidente mora —, como na sede da petroquímica Norquisa — que ele preside —, no centro da capital fluminense. Sábado passado Geisel recebeu seu ex-ministro do Trabalho — hoje deputado do PFL gaúcho — Arnaldo Prieto. Dias antes ele recebera o senador do PFL maranhense — e amigo particular de Sarney — Edison Lobão. "A todos nós ele tem dito que é preciso apoiar o Sarney", comentou Lobão, 50, ontem com a Folha, "e o que ele quer dizer com isso é que é preciso apoiar o presidente civil".

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) — um dos principais defensores dos interesses do presidente José Sarney no Congresso — está convicto de que os militares da ativa envolvidos em articulações da direita não chegam, em número, a 10% do

número de velhos oficiais da reserva que comandam essas articulações. A informação foi passada a Prisco depois que Aureliano voltou de sua conversa com o ex-presidente Ernesto Geisel.

### Reunião no Rio

No Exército, o que preocupa é a repercussão entre os oficiais e soldados das manifestações de antigos chefes militares, identificados como da "linha dura", no momento em que esses oficiais e soldados estão articulados na tentativa de obter melhores salários. Prova de que repercussão existe, é a reunião havida na tarde de domingo último, no apartamento de um capitão-de-fragata, no bairro carioca do Leme (zona sul do Rio).

Cerca de vinte oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, todos da ativa — com patentes variando entre coronel e capitão —, se reuniram com o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), 42, de centro-esquerda (de acordo com levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro). "Eles fizeram questão de deixar claro a sua ojeriza a esses velhos chefes militares que, segundo eles, já não têm mais a menor liderança na tropa", declarou Paulo Ramos, ontem, a um canto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Em outro canto do plenário, o deputado Humberto Souto, que já esteve algumas vezes com o ministro das Minas e Energia desde que ele veio do Rio, fez outro comentário: "O Aureliano diz que se o Sarney não fizer a reforma ministerial na profundidade que a situação exige, ele deixa o governo. Mas diz também que preferia não ter que fazer isso, já que esse fato poderia ser visto como uma tentativa de desestabilização do presidente da República. E aí ele seria, de novo, acusado de ter pavio curto".

### COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Voto facultativo aos 16 anos	
<b>PMDB</b>	Ademir Andrade (PA), Almir Gabriel (BA), Antonio Brito (RS), Bernardo Cabral (AM), Carlos Mosconi (MG), Celso Dourado (BA), Cid Carvalho (MA), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Henrique Cardoso (SP), Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), João Calmon (ES), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Ignácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), Manoel Moreira (SP), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelson Friederich (PR), Oswaldo Lima Filho (PE), Paulo Ramos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Raimundo Bezerra (CE), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Severo Gomes (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Wilson Martins (MS), Aécio Neves (MG), Antonio Mariz (PB), Délio Braz (GO), João Agripino (PB), José Costa (MA), Nelson Wedekin (SC), Octávio Elisio (MG), Rose de Freitas (ES), Uldurico Pinto (BA), Vicente Bogo (RS)
<b>PFL</b>	Sandra Cavalcanti (RJ), Enoc Viera (MA)
<b>PDS</b>	Antônio Carlos Konder Reis (SC), Adylson Matta (RS), Bonifácio de Andrada (MG)
<b>PDT</b>	José Maurício (RJ), Bocayuva Cunha (RJ), Luiz Salomão (RJ)
<b>PT</b>	Plínio de Arruda Sampaio (SP), José Genoino (SP)
<b>PTB</b>	Francisco Rossi (SP), Ottomar Pinto (RR)
<b>PSB</b>	Beth Azize (AC)
<b>PCB</b>	Roberto Freire (PE)
<b>PC do B</b>	Haroldo Lima (BA)
<b>PDC</b>	Siqueira Campos (GO)
<b>PL</b>	Adolpho de Oliveira (RJ)
<b>PMDB:</b>	Artur da Távola (RJ), Carlos Sant'Anna (BA), Egídio Ferreira Lima (PE), Nilson Gibson (PE), Prisca Viana (BA), Virgíldio de Senna (BA), Euclides Scalco (PR)
<b>PFL</b>	Aloysio Chaves (PA), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamin (BA), José Lins (CE), José Santana (MG), José Thomaz Nonô (AL), Luiz Eduardo Magalhães (BA), José Lourenço (BA), Ricardo Fiuzza (PE), Gilson Machado (PE), Jonas Pinheiro (MT), José Tinoco (PE), Poes Landim (PI)
<b>PDS</b>	Jarbas Passarinho (PA)
<b>PTB</b>	Gastone Righi (SP)
<b>ABSTENÇÃO:</b>	<b>PDS</b> Gerson Peres (PA), José Luiz Maia (PI)
<b>AUSENTES:</b>	<b>PMDB</b> Abigail Feitosa (BA), Alfredo Campos (MG), Aluizio Campos (PB), Cristina Tavares (PE), Fernando Gasparian (SP), José Freire (GO), José Geraldo Ribeiro (MG), José Serra (SP), José Ulysses de Oliveira (MG), Mário Lima (BA), Milton Reis (MG), Theodoro Mendes (SP)
	<b>PFL</b> Afonso Arinos (RJ), Alcení Guerra (PR), Antonio Carlos M. Thame (SP), Arnaldo Prieto (RS), Carlos Chiarelli (RS), Cristóvão Chiaradia (MG), Edme Tavares (PB), Francisco Dornelles (RJ), Incência de Oliveira (PE), José Jorge (PE), João Menezes (PA), Mário Assad (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR)
	<b>PDS</b> Darcy Pozza (RS), Virgílio Távora (CE)
	<b>PDT</b> Brandão Monteiro (RJ), Lysnéas Maciel (RJ)
	<b>PT</b> Luiz Inácio Lula da Silva (SP)
	<b>PTB</b> Joaquim Bevilacqua (SP)
	<b>PSB</b> Jamil Haddad (RJ)
	<b>PMB</b> Antônio Farias (PE)

As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).

Da Sucursal de Brasília

Por 58 votos a 22, a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte aprovou ontem proposta do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), 44, que torna facultativo o voto para os menores a partir dos dezesseis anos. Contrário à emenda, o deputado José Lourenço (BA) discutiu nervosamente com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que, embora não tenha incluído a proposta em seu segundo substitutivo, votou favoravelmente.

Gesticulando muito e irritado, Lourenço cobrou "coerência" de Cabral. Depois de uma discussão, interrompida por apertes de deputados e gritos e aplausos de dezenas de jovens da União da Juventude Socialista (UJS) que ocupavam a galeria, Lourenço rasgou uma edição do substitutivo redigido por Cabral.

Pelo texto aprovado pela Comissão de Sistematização, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativo para os menores a partir dos dezesseis anos, e também para os maiores de setenta anos de idade e para os analfabetos. "Agora é nossa vez. Voto aos dezesseis", gritavam os representantes da UJS, ao saírem do plenário da Câmara.

Zanetti foi carregado nos ombros dos jovens da UJS pelo salão verde da Câmara. Em seguida, saíram todos a procura de restaurante para comemorar o resultado da votação. Apesar da reivindicação ter partido da ala "vanguardista" dos constituintes, alguns parlamentares considerados "conservadores", como Konder Reis (PDS-SC) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), também apoiaram a proposta de Zanetti. Dois parlamentares do PDS — Gerson Peres (PA) e José Luiz Maia (PI) — preferiram se abster. Do PMDB, sete constituintes foram contra a emenda de Zanetti.

Além de José Lourenço, também o líder do PTB, Gastone Righi, discursou contra a "imaturidade dos adolescentes" e o risco de lhes permitir a escolha política. Cabral lamentou que José Lourenço tivesse rasgado seu substitutivo, mas reafirmou sua posição a favor do voto a partir dos dezesseis anos.

## Líderes discutem como apressar Sistematização

Os líderes do PMDB e de todos os demais partidos discutirão amanhã, em reuniões separadas, uma fórmula para acelerar a votação na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. As reuniões devem ocorrer na casa do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte.

No almoço de ontem, em sua casa, Ulysses disse aos 22 deputados e senadores presentes que os líderes do Congresso constituinte devem fazer uma interpretação do regimento interno "para que urgencemos" os trabalhos da Sistematização. O presidente do Congresso constituinte lançou uma senha: "Constituinte-já".

Ulysses disse que a demora do trabalho do Congresso constituinte afeta todo o país, devido "à ausência de definições". Esta falta de definições, segundo Ulysses, "prejudica o setor empresarial, os trabalhadores, o setor de saúde, a dívida interna e externa" e exige "uma definição competente" da futura Constituição.

## Trabalhos dão espaço à barbárie semântica

WAGNER CARELLI  
Enviado especial a Brasília

Os dias no Congresso constituinte parecem mais longos que as unhas do líder petebista Gastone Righi (SP). A monotonia das últimas sessões da Comissão de Sistematização só é rompida por manifestações eventuais de energia, como a que pôde demonstrar na semana passada a deputada Raquel Cândido (PFL-RO), centro-direita — que abriu caminho a tapa entre os segurados do plenário, colocou-se à frente da constituinte Rose de Freitas (PMDB-ES), declarou em bom-tom não ser "a dondoca da Rita Camata (deputada do PMDB do Espírito Santo)" e se mostrou decidida a quebrar-lhe a cara em defesa de algum ponto de emenda não identificado.

Mas a modorra da rotina diária da comissão acaba por relegar à insignificância o ardor dos debates e a privilegiar o emaranhado político-burocrático-semântico das discussões constituintes — onde não faltam "apoioamentos", "encômios" ou "evidência palmar" —, causa provável do sono que acometeu em plenário, na quinta-feira, o constituinte José Maurício (PDT-RJ). Os brasileiros que esperam pelo fim dos trabalhos da comissão poderiam seguir o seu exemplo.

Não se culpe a sempre alegada indolência parlamentar. É certo que o horário das sessões — das 9h às 13h e das 15h às 20h30 — jamais é respeitado. Ao encerramento da sessão da última quinta-feira, o mais ativo parlamentar na discussão do capítulo constitucional sobre Direitos Sociais, Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), esquerda, desculpou-se com as taquígrafas e implorou para que se estendessem os trabalhos congressuais até a conclusão do capítulo. O presidente da mesa, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), lamentou não poder atendê-lo. "Vamos orar para que os constituintes estejam aqui às 9 horas, amanhã", disse.

novos de seus auxiliares, todos baixados à enfermaria com problemas cardíacos, "stress" ou equivalentes. A respeito, um deputado lembrava ontem no cafezinho — ao qual se tem acesso por uma porta situada atrás de uma ala de sussurros, obscurecida por uma coluna, ao fundo do plenário — o axioma do desaparecido profeta Walter Clark: "Trabalhar muito é sinal de incompetência."

### "Sabotagem"

No caso, incompetência administrativa. Desde a instalação da Constituinte, o seu plenário funciona sem o sistema eletrônico de votação. Instalo-se, como recomenda a etiqueta burocrática, uma comissão parlamentar para investigação dos motivos. Ao final da sessão de quinta-feira, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), esquerda, membro dessa comissão, falou em "sabotagem" perpetrada ou pela firma multinacional encarregada do sistema ou por alguma razão política escusa.

Enquanto isso, a votação de cada destaque, feita oralmente, toma de doze a quinze minutos. Sabendo-se que até a manhã de ontem a Comissão de Sistematização procedera a 131 votações, somam-se aí quase trinta horas — que, com o sistema eletrônico, se reduziriam a seis. A Comissão de Sistematização ainda tem em pauta 7.500 destaques para serem submetidos à votação. No ritmo atual, coisa de 1.800 horas. Volte a mirar-se no exemplo do parlamentar José Maurício.

Os constituintes decidem na segunda-feira se optam pela votação dos destaques em bloco, o que permitiria reduzir o número de destaques para 206. Jura-se, igualmente, que até lá estará em funcionamento o sistema eletrônico de votação. O que ainda assim não diminui o caráter assustador dos números referentes à Constituição, um projeto para o qual se consideram quarenta mil emendas congressuais e setenta mil populares. Os volumes em que se reúnem as emendas se assemelham a guias telefônicas. A mera visão de suas encadernações verdes sobre as mesas dos parlamentares estimula bocejos.

"O problema é que se debate inciso por inciso", diz Lula. "Ninguém mandou apresentar oito mil destaques, e é melhor do que não ter destaque a considerar." O problema também é que se debate demais. Para cada destaque há dois encaminhamentos a favor e dois contra: "Al contem-se nos dedos os arrazoados passíveis de serem levados em consideração. Pode haver um encaminhamento emocionante — ou quase — como o do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro, em favor da participação do trabalhador na administração ou previdenciária, como o Sesi, o Senai, o Sesc e o Senac. Mas as leis da probabilidade se enunciam sempre a favor de avaliações como a do constituinte Gerson Peres (PDS-PA), centro-direita, "capaz de citar sua última viagem a Europa como prova cabal de que os únicos nomes brasileiros conhecidos no exterior são os de Pelé e Oscar Niemeyer, além do Senac — algo equivalente a considerar um grupo composto pelo papa, pela rainha Elizabeth e pelo deputado Gerson Peres.

Há de se levar em conta, ainda, a prática de "firmar posição" em favor da ação política e em detrimento do tempo, da normatização e do ansioso fim dos trabalhos constituintes. O destaque do PT em prol da pluralidade sindical, por exemplo, era uma causa perdida muito antes — anos, talvez — de ser levada à votação na quinta-feira. Ninguém há de condenar o partido por insistir em enunciar e defender sua proposta a título de discutir e divulgar uma prática política que considera mais avançada. Mas como disse Lula ao pedir que o Congresso dedicasse horas extras em favor da imprensa, a sociedade "não pára de pressionar" pela conclusão dos trabalhos constituintes. Daí que se pergunte, com justiça, qual a importância de tê-lo no púlpito do Congresso para repetir ao microfone que "as comissões de fábrica é um, conquista do trabalhador" e que "a comissão de fábrica é uma exigência do mundo moderno". Ou de ouvir alguém replicar lá atrás, na penumbra dos sussurros, que "esse povo aí não dá para lascar".

### Agendas Executivas

<b>Presidente</b>	<b>16h30</b> Chegada a Boa Vista
<b>8h30</b> Entrada coletiva no Circuito das Forças Armadas	<b>17h15</b> Embarque para Brasília
<b>10h</b> Embarque para Guri	<b>21h55</b> Chegada à Base Aérea de Brasília
<b>10h55</b> Aeroporto Internacional G. de Oliveira	<b>16h</b> Retorno previsto a São Paulo
<b>11h20</b> Visita ao complexo hidroelétrico de Guri	<b>16h30</b> Reunião dos governadores do PMDB — Local: Palácio Laranjeiras (RJ)
<b>12h30</b> Almoço oferecido pelo ministro-presidente da Corporação Venezuelana de Guayana no Club Guri	<b>16h30</b> Retorno previsto a São Paulo
<b>15h30</b> Embarque para Boa Vista (RR) — escala técnica	<b>16h30</b> Nenhum compromisso agendado

